

## Termo de Consentimento para Tratamento de Dados

Manifesto a aceitação para com o presente termo, como Titular **consinto e concordo** que o **vereador Tiago José Albrecht**, doravante denominado Controlador, tome decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais, bem como realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, **em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. A parte Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes do respectivo mandato, caso seja necessário para as finalidades de acolher as ideias legislativas.

### Dados pessoais

Nome completo: Identificar e autenticar o Cidadão.

E-mail/telefone: Entrar em contato com o Cidadão para que possa participar do processo de construção da ideia legislativa.

**Observações**: o Controlador não utiliza nenhum tipo de formulário que obrigue a declaração de dado pessoal ou sensível. Os dados recebidos através do envio são disponibilizados pelo próprio Titular/Cidadão no momento que elabora a sua sugestão legislativa.

### Finalidade

Cadastro de ideia legislativa para o mandato do vereador Tiago José Albrecht.

### **Atualização e Veracidade dos Dados**

O Titular é o único responsável pela precisão e veracidade em relação aos dados fornecidos ou pela sua desatualização. É responsabilidade do Titular garantir a atualização e exatidão dos dados.

### **Hipóteses de compartilhamento dos Dados**

Os dados serão compartilhados com a equipe do mandato responsável pela recepção das ideias legislativas.

### **Direito de Revogação do Consentimento**

Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao Controlador. Em caso de revogação, a parte Controladora deverá retirar as informações pessoais (nome, e-mail e telefone) do banco de dados, restando apenas, a ideia legislativa em anonimato.